



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
SUBSEÇÃO DE SOUSA  
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL- 15ª VARA

## SELEÇÃO PÚBLICA DE CONCILIADORES

Edital nº 01/2016

O JUIZ FEDERAL TITULAR DA 15ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA-PB, DR. THIAGO BATISTA DE ATAÍDE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei n.º 10.259/2001, torna pública a abertura de inscrições para processo de Seleção Pública de Conciliadores do mencionado Juízo, atendidas as condições e termos nos capítulos a seguir:

### I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### 1 – DAS VAGAS

1.1 – O Certame visa ao preenchimento de 10 (dez) vagas de conciliador para atuação no Juizado Especial Federal da 15ª Vara, em Sousa, bem como à formação de cadastro de reserva do 11º (décimo primeiro) até o 30º (trigésimo) classificado.

#### 2 – REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1 – Poderão inscrever-se:

- a) Brasileiros, natos ou naturalizados, bacharéis em Direito, inscritos, ou não, na OAB, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função; e
- b) Brasileiros, natos ou naturalizados, acadêmicos em Direito, **a partir do 5º período**, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, em pleno gozo dos direitos políticos e ausência de incapacidade que impossibilite o exercício da função.

#### 3 – DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

- 3.1 – O exercício da função de Conciliador é gratuito e, se exercida por período contínuo superior a um ano, poderá constituir título para os concursos públicos promovidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com a pontuação que lhe for atribuída pelo edital.
- 3.2 – Ao Conciliador é assegurada a fruição dos direitos e prerrogativas do Jurado, conforme art. 439 do Código de Processo Penal e art. 18 da Lei n.º 10.259/01.
- 3.3 – A função de Conciliador, quando exercida por bacharel em Direito, é considerada atividade jurídica para fins do art. 93, I, da Constituição Federal (requisito para inscrição definitiva em concurso público da magistratura), nos termos da Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.



#### 4 – DURAÇÃO

4.1 – O ofício de Conciliador terá duração de até 02 (dois) anos, admitida a recondução, nos termos do art. 18 da Lei 10.259/01, a critério do Juiz em exercício na Vara, ficando o Conciliador sujeito ao horário regular das audiências de conciliação e de instrução e julgamento.

#### 5 – DA JORNADA

5.1 – A carga horária a que ficam sujeitos os Conciliadores é de, no mínimo, 4 (quatro) horas semanais, estando obrigado o Conciliador a permanecer, ainda, na sede, até o encerramento da pauta de audiências a que lhe compete assistir, para efeitos do art. 59 da Resolução nº 75/2009.

5.2 – Considera-se atividade jurídica, para os efeitos legais, a atuação do bacharel compreendida entre as atividades elencadas no art. 59 da Resolução nº 75/2009.

### II – DAS INSCRIÇÕES

1 – As inscrições serão realizadas no período de **29 de agosto ao dia 12 de setembro**, no horário das 09h às 18h, de segunda a sexta, na sede da Justiça Federal em Sousa, na Rua Francisco Vieira da Costa, nº 10, Bairro Raquel Gadelha, fone: (83) 3521-3330.

2 – Para se inscrever o candidato deverá:

2.1 – Preencher e assinar um requerimento que estará à disposição dos interessados na sede da Justiça Federal, em Sousa, no endereço acima, ou imprimir o requerimento que acompanha este edital, que está disponível no site [www.jfjb.jus.br](http://www.jfjb.jus.br), na aba “concursos e seleções” (ou *link* afim) e preencher conforme se trate de bacharel ou acadêmico em Direito, e, num e noutro caso, entregá-lo no horário, local e no período de inscrição informada no item anterior;

2.2 – Apresentar-se a esta sede munido dos seguintes documentos, desde que acompanhadas dos originais:

- a) Cópia autenticada do diploma ou o certificado de conclusão do curso, para os Bacharéis em Direito, ou declaração de instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação para os acadêmicos de que é aluno regularmente matriculado, com a indicação de que está cursando, ao menos, o 5º período do curso de Direito;
- b) Cópia autenticada da cédula oficial de identidade e do CPF; e
- c) *Curriculum vitae* com cópia da documentação pertinente.

2.3 – Na hipótese de candidato cuja inscrição seja realizada através de procurador, é necessária, além dos documentos autenticados do candidato, a cópia do documento de identidade do procurador, devidamente acompanhada do original, para fins de conferência no ato da inscrição, bem como a procuração a ele outorgada colimando especificamente à realização da inscrição no certame em questão. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

3- No Anexo I deste edital segue o cronograma da presente seleção pública de conciliadores.

### III – DA SELEÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 – A seleção dos candidatos inscritos será realizada por comissão designada pelo MM. Juiz Federal Titular nos termos deste Edital, que será responsável pela análise dos currículos dos candidatos, com atribuição de pontos para cada atividade, seguida de entrevista, a ser realizada no período



provável de 19 a 23 de setembro de 2016, em horário que será divulgado previamente no sítio eletrônico da Justiça Federal e publicado no quadro de avisos desta Subseção.

2 – O currículo será avaliado na escala de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, e serão consideradas, entre outros itens, as participações em eventos jurídicos em geral e assemelhados, programas de estágio, extensão e monitoria, graduação e especialização;

3 – Na entrevista, verificar-se-á a postura do candidato, desenvoltura, conteúdo e segurança na solução de situações cotidianas enfrentadas na atividade de conciliação, sendo-lhe atribuído uma pontuação que varia entre 0 (zero) a 5 (cinco);

4 – A homologação do resultado da seleção será feita pelo Juiz em exercício na Vara, a quem compete proceder à nomeação dos selecionados.

#### **IV – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

1 – Ficam designados os servidores Gustavo Ituasú Sarmiento Neto, Fábio Farias de Almeida e Nilton César da Costa Ferreira, para, sob a presidência deste último, constituírem a Comissão de Seleção, responsável pela análise dos currículos e avaliação dos requisitos necessários dos candidatos que se apresentarem no período de inscrição, bem como proceder à entrevista dos referidos candidatos, atribuindo a pontuação individual variável entre 0 (zero) e 5 (cinco) a cada um deles.

2 – A nota da entrevista será obtida pela média aritmética das notas atribuídas individualmente por cada examinador.

3 – A nota final de cada candidato corresponderá à soma da nota alusiva aos pontos do currículo com a nota da entrevista, na forma do item anterior.

4 – Caberá à Comissão de Seleção, após a conclusão de seus trabalhos, submeter ao Juiz Federal Titular o relatório final, constando os nomes dos candidatos selecionados e respectiva ordem de classificação, para fins de homologação e posterior publicação no sítio [www.jfjb.jus.br](http://www.jfjb.jus.br).

#### **V – DA HABILITAÇÃO E DA NOMEAÇÃO**

1 – Considerar-se-á habilitado para a nomeação, e, por conseguinte, para o exercício da função de Conciliador, o candidato aprovado neste processo seletivo mediante a análise curricular, seguido da entrevista, nos termos dos Capítulos III e IV.

2 – Na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, sucessivamente, o candidato que apresentar:

- a) Maior tempo de serviço comprovado em atividades de conciliação em âmbito judicial;
- b) Maior pontuação na entrevista;
- c) Maior pontuação no currículo;
- d) Maior período em curso;
- e) Maior idade.

3 – O Conciliador nomeado firmará Termo de Compromisso, por meio do qual se obrigará a cumprir as determinações da Lei nº 10.259/2001, bem como as normas disciplinares estabelecidas pelo Diretor da Subseção Judiciária da Paraíba e Juizes a que estão vinculados, assim também as diretrizes emanadas por quem estiver na supervisão das audiências.



4 – O Termo de Compromisso assinado pelo Conciliador não gera direitos à investidura comissionada, a vínculo empregatício, à ajuda de custo, não ensejando, enfim, qualquer ônus para a Justiça Federal, salvo os direitos previstos em lei.

## **VI – DAS ATRIBUIÇÕES**

1 – Aos Conciliadores compete:

- a) Examinar as ações antes das sessões de conciliação e preparar relatório acerca da lide;
- b) Abrir e conduzir a sessão de conciliação, sob orientação do Juiz, promovendo o entendimento entre as partes;
- c) Certificar os atos ocorridos na audiência de conciliação;
- d) Lavrar os termos de conciliação, submetendo-os à homologação dos Juízes que atuam no Juizado;
- e) Lavrar o termo de audiência, em não havendo acordo, encaminhando-o ao Juiz do processo, para fins de realização da audiência de instrução e julgamento; e
- f) Além de outros que digam respeito a atividade processual, compatível com as atribuições do Conciliador.

2 – Os Conciliadores ficam impedidos de exercer a advocacia perante o Juizado Especial, no âmbito da Subseção Judiciária de Sousa, durante o múnus da função de conciliação.

## **VII – DOS RECURSOS**

1 – Os recursos visando a impugnar o processo seletivo poderão ser interpostos em até 02 (dois) dias úteis, a contar da divulgação do respectivo resultado, devendo ser entregues no local e horário em que foram realizadas as inscrições, com endereçamento à apreciação da comissão instituída para o fim deste edital.

## **VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

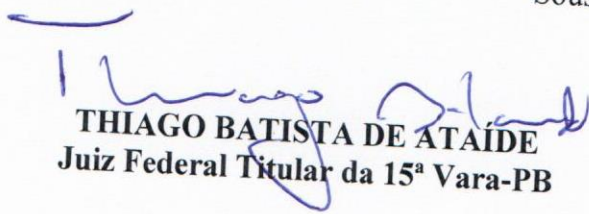
1 – O prazo de validade deste certame será por 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Juiz em exercício na Vara.

2 – A inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das condições estabelecidas neste Edital, a cujo respeito não poderá alegar desconhecimento.

3 – Findo o exercício da função, será expedido, pela Direção da 15ª Vara Federal, certificado, devidamente assinado pelo Juiz em exercício na Vara, ao Conciliador que cumprir fielmente os compromissos assumidos quando de sua investidura e decorrentes de seu ofício.

4 - Os casos obscuros e eventuais questões não tratadas neste edital serão dirimidos pelo Juiz em exercício na Vara.

Sousa-PB, 24 de agosto de 2016.

  
**THIAGO BATISTA DE ATAÍDE**  
Juiz Federal Titular da 15ª Vara-PB

## ANEXO I

- 1 – Publicação do Edital de Conciliação – 25/08/2016
- 2 – Período de inscrições – 29/08/2016 a 12/09/2016
- 3 – Divulgação das datas para a realização das entrevistas – entre 14 a 16 de setembro
- 4 – Realização das entrevistas – previsão entre 19 a 23 de setembro
- 5 – Resultado preliminar – 26/09/2016
- 6 – Data limite para recursos do resultado preliminar – 28/09/2016
- 7 – Homologação do resultado final – 03/10/2016

## **ANEXO II**

### **AValiação DO PROCESSO SELETIVO DE CONCILIADORES DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DA 15ª VARA FEDERAL – 2016**

**O Processo Seletivo de Conciliadores do Juizado Especial Federal da 15ª Vara Federal-Subseção de Sousa-PB destina-se a avaliar os candidatos quanto aos itens a seguir:**

#### **1) Currículo: até 5 (cinco) pontos**

##### **1.1) Participações em eventos jurídicos em geral e assemelhados:**

- até 3: 1,0 ponto**
- de 4 a 7: 1,5 pontos**
- de 8 a 11: 2,5 pontos**
- mais de 11: 3,0 pontos**

##### **1.2) Estágio/extensão/monitoria:**

- 1 bolsa: 1,5 pontos**
- 2 bolsas: 2,0 pontos**
- Mais de 2 bolsas: 3,0 pontos**

##### **1.3) Graduação: 3,0 ponto**

##### **1.4) Especialização: 3,5 pontos**

#### **2) Entrevista: até 5 (cinco) pontos**

##### **2.1) Desenvoltura: até 1,25 pontos.**

##### **2.2) Conteúdo: até 1,25 pontos.**

##### **2.3) Segurança na solução de situações cotidianas enfrentadas na atividade de conciliação: até 1,25 pontos.**

##### **2.4) Postura do candidato: até 1,25 pontos.**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL PRESIDENTE DO JUIZADO ESPECIAL  
FEDERAL DE SOUSA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
brasileiro(a), \_\_\_\_\_ (estado civil), residente e domiciliado(a)  
na \_\_\_\_\_,  
fone(s): \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_,  
Bacharel(a) em Direito, OAB nº \_\_\_\_\_ (caso seja inscrito(a) na Ordem), RG  
nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, vem respeitosamente requerer a Vossa  
Excelência sua inscrição para o processo seletivo da **função de Conciliador do Juizado Especial  
Federal** em Sousa, apresentando, para tanto, a documentação exigida no Edital nº 01/2016.

N. Termos  
P. Deferimento

Sousa-PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

\_\_\_\_\_  
**Requerente**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL PRESIDENTE DO JUIZADO ESPECIAL  
FEDERAL DE SOUSA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
brasileiro(a), \_\_\_\_\_ (estado civil), residente e domiciliado(a)  
na \_\_\_\_\_,  
mail \_\_\_\_\_, fone(s) \_\_\_\_\_, e-  
Acadêmico(a) em Direito (Instituição: \_\_\_\_\_), RG  
nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, vem respeitosamente requerer a Vossa  
Excelência sua inscrição para o processo seletivo da **função de Conciliador do Juizado Especial**  
**Federal** de Sousa, apresentando, para tanto, a documentação exigida no Edital nº 01/2016.

N. Termos,  
P. Deferimento.

Sousa-PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

\_\_\_\_\_  
**Requerente**